

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### QUESTÃO 01

A Constituição Federal vigente classifica-se como:

- a) formal, rígida, dirigente, dogmática e popular.
- b) material, rígida, analítica, histórica e democrática.
- c) material, rígida, dirigente, sintética e outorgada.
- d) formal, democrática, analítica, histórica e promulgada.
- e) formal, semi-rígida, programática e dogmática.

### QUESTÃO 02

Constituem direitos sociais previstos na Constituição Federal:

- a) a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.
- b) apenas a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer e a segurança.
- c) apenas a educação, a saúde, a moradia e a segurança.
- d) a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, o transporte, a defesa do consumidor e a proibição de discriminação.
- e) apenas a educação, a saúde, a previdência social, o lazer e a segurança.

### QUESTÃO 03

O controle da constitucionalidade de lei municipal incompatível com a Constituição Federal ocorre:

- a) unicamente pelo sistema concentrado através de ADIn proposta perante o STF.
- b) unicamente pelo sistema concentrado através de ADIn proposta perante o Tribunal de Justiça do Estado-Membro.
- c) tanto pelo sistema concentrado através de ADIn proposta perante o STF como pelo controle incidental, através do sistema difuso.
- d) tanto pelo sistema concentrado através de ADIn proposta perante o Tribunal de Justiça do Estado-Membro como pelo controle incidental, através do sistema difuso.
- e) quando o sistema constitucional brasileiro não permite o controle normativo abstrato de leis municipais quando contestadas em face da Constituição Federal as quais somente se sujeitam ao controle incidental pelo sistema difuso.

### QUESTÃO 04

Dentre outros legitimados, podem propor Ação Direita de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:

- a) os Governadores dos Estados e os Prefeitos.
- b) o Presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil e os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados.

- c) os Presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e das Assembléias Legislativas dos Estados, bem como o partido político com representação no Congresso Nacional.
- d) o Procurador-Geral da República e as confederações sindicais.
- e) o Presidente da República e o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil.

### QUESTÃO 05

De acordo com o texto constitucional vigente, o projeto de lei de iniciativa popular:

- a) deve ser apresentado à Câmara de Deputados com a assinatura mínima de dois por cento do eleitorado nacional.
- b) deve ser apresentado à Câmara de Deputados com a assinatura mínima de três por cento do eleitorado nacional.
- c) deve ser apresentado ao Presidente do Congresso Nacional com a assinatura mínima de um por cento do eleitorado nacional.
- d) deve ser apresentado à Câmara de Deputados com a assinatura mínima de um por cento do eleitorado nacional.
- e) deve ser apresentado ao Senado da República com a assinatura mínima de dois por cento do eleitorado nacional.

### QUESTÃO 06

É da competência privativa do Senado Federal:

- a) autorizar referendo e convocar plebiscito.
- b) autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias.
- c) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- d) aprovar previamente a escolha do Procurador-Geral da República.
- e) autorizar a intervenção federal.

### QUESTÃO 07

Os Estados e o Distrito Federal possuem competência concorrente com a União para legislar sobre:

- a) direito penitenciário.
- b) direito do trabalho.
- c) trânsito e transporte.
- d) direito eleitoral.
- e) direito agrário.

### QUESTÃO 08

Em relação às medidas provisórias, assinale a alternativa **correta**.

- a) É vedada a edição de medidas provisórias em matéria tributária.
- b) É vedada a edição de medidas provisórias em matéria reservada à lei ordinária.

- c) Em recente decisão, quando do julgamento de mérito da ADIn 425-TO, o STF consagrou a constitucionalidade da edição de Medidas Provisórias por Governador de Estado, quando prevista essa possibilidade nos textos das Constituições Estaduais.
- d) É vedada, a qualquer tempo, a reedição de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia pelo decurso de prazo.
- e) As medidas provisórias terão sua votação iniciada preferencialmente no Senado.

---

#### QUESTÃO 09

Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar:

- a) nos crimes comuns e nos de responsabilidade, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal.
- b) apenas nos crimes comuns, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal.
- c) apenas nas infrações penais comuns, os Ministros de Estado e os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados.
- d) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- e) nos crimes comuns e nos de responsabilidade, os membros do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.

---

#### QUESTÃO 10

Constituem funções institucionais do Ministério Público previstas na Constituição Federal, dentre outras:

- a) promover, com exclusividade, a ação penal pública e exercer o controle externo da atividade policial na forma do que dispuser a lei ordinária respectiva.
- b) promover o inquérito civil e ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, e defender os direitos e interesses das populações indígenas.
- c) requisitar diligências investigatórias e instaurar inquérito policial para apurar delitos praticados por organizações criminosas.
- d) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União, dos Estados e dos Municípios, nos casos previstos na Constituição Federal.
- e) expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, solicitando documentos e informações para instruí-los e efetuar a defesa administrativa ou judicial das populações indígenas.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

---

#### QUESTÃO 11

De acordo com o que dispõe a Lei n.º 8.666/93, o procedimento licitatório será inexigível:

- a) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- b) nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes.
- c) para compra de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- d) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- e) o procedimento licitatório será inexigível em todas as hipóteses anteriores.

---

#### QUESTÃO 12

Sobre a organização administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, analise os enunciados e assinale a alternativa **correta**.

I – A administração indireta compreende as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações públicas.

II – Quanto ao objeto, a OAB se classifica como uma autarquia de controle.

III – Constituem prerrogativas das autarquias a imunidade tributária e a imprescritibilidade de seus bens.

IV – As agências reguladoras ANATEL [Agência Nacional de Telecomunicações], a ANEEL [Agência Nacional de Energia Elétrica] e a ANP [Agência Nacional de Petróleo] se classificam como empresas públicas.

- a) Os itens I, II e IV são verdadeiros.
- b) Os itens I, III e IV são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- d) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

---

#### QUESTÃO 13

Jonas solicitou alvará de funcionamento para um estabelecimento hoteleiro. Após três meses de funcionamento, o fiscal da prefeitura compareceu ao local e confirmou denúncia de que se tratava de “casa de tolerância” e não de hotel. Diante do fato, a Administração resolveu retirar o alvará, para tanto emitirá um ato de:

- a) revogação.
- b) invalidação.
- c) cassação.
- d) anulação.
- e) retrocessão.

## QUESTÃO 14

Indique a alternativa **correta**.

- Os atos administrativos de gestão são praticados pela Administração com supremacia sobre os destinatários e, conforme, a própria designação, concernem à gestão da rotina interna da repartição pública, sem caráter vinculante, visando a dar andamento aos processos administrativos.
- Para a prática de um ato administrativo complexo é imprescindível a conjugação de vontades de mais de um órgão administrativo.
- Nos atos administrativos de império, a Administração não se impõe com supremacia sobre o administrado e não exercita o seu poder de coerção.
- O ato discricionário é aquele praticado com ampla liberdade e arbitrariedade pela Administração, justificando-se pela complexidade e variedade das situações problemáticas que o Poder Público tem para enfrentar, nem sempre previstas ou disciplinadas pela lei.
- Os atos vinculados são aqueles para os quais a lei não estabelece os requisitos e condições de sua realização.

## QUESTÃO 15

As autarquias são pessoas jurídicas de direito público que possuem capacidade exclusivamente administrativa. A respeito das autarquias, pode-se afirmar que:

- somente a lei tem o condão de criá-las. Todavia, estas podem ser extintas por meio de norma hierarquicamente inferior àquela que as criou, ou até mesmo, por meio de ato administrativo emanado de autoridade competente.
- sua responsabilidade confunde-se com a responsabilidade do Estado, de forma que quaisquer pleitos administrativos ou judiciais decorrentes de atos que a princípio lhes sejam imputáveis, deverão ser propostos tão somente em face do Estado.
- os atos delas emanados revestem-se da presunção de legitimidade, exigibilidade, nos mesmos termos dos atos administrativos dotados destes atributos.
- não estão sujeitas a controle exercido pelo Estado (Executivo), tão-somente se sujeitando ao controle exercido pelos Tribunais de Contas, órgãos auxiliares competentes para julgar as contas dos administradores autárquicos.
- sendo um prolongamento do Poder Público, deve executar serviços públicos próprios do Estado, em condições idênticas as do Estado, porém não possuem os mesmos privilégios da Administração-matriz e não são passíveis dos mesmos controles dos atos administrativos.

## DIREITO CIVIL

### QUESTÃO 16

As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando:

- ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.
- forem contrárias às disposições contidas na Constituição Federal.
- violar a ordem social.
- violar o direito adquirido e a coisa julgada.
- for contrária à ordem pública.

### QUESTÃO 17

Em relação à pessoa jurídica, é **correto** afirmar:

I - Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizada pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

II - Associação é a união de pessoas que se organizam para fins econômicos, existindo entre os associados direitos e obrigações recíprocas.

III - Fundação é um patrimônio personalizado e ofertado por seu instituidor a determinada finalidade, que, segundo o Direito brasileiro, pode ser somente: religiosa, moral, cultural ou de assistência.

- Apenas as afirmativas I e II são corretas.
- Todas as afirmativas são corretas.
- Apenas as afirmativas I e III são corretas.
- Apenas as afirmativas II e III são corretas.
- Apenas a afirmativa III é correta.

### QUESTÃO 18

Sobre os atos ilícitos, é **correto** afirmar que:

- viola a ordem jurídica de direito objetivo individual.
- a prática de atos ilícitos gera exclusivamente dano material.
- não comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes. Neste caso, ainda que exista o excesso, não há o ato ilícito em razão do exercício do direito.
- não constitui ato ilícito a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão à pessoa, a fim de remover perigo iminente.
- constitui ato ilícito aquele praticado em legítima defesa.

### QUESTÃO 19

A somatória de atos jurídicos, ou seja, a reunião de vontade de pessoas, que instauram entre elas uma relação jurídica obrigacional, de que nascem direitos e obrigações, denomina-se:

- a) elemento natural.
- b) ato jurídico.
- c) fato jurídico.
- d) negócio jurídico.
- e) ato negocial.

### QUESTÃO 20

Impõem-se na atual vertente civil, as afirmativas em relação à sociedade conjugal:

I - Exige dos cônjuges a obrigação de concorrer, na proporção de seus bens e dos rendimentos do trabalho, para o sustento e educação da família;

II - Deve observar a dignidade humana e o dever de colaborar pelos cônjuges no âmbito familiar, na criação e educação dos filhos, salvo quando se tratar de concubinato;

III - Exige dos cônjuges a obrigação de colaborar no sustento econômico e educacional da família, mesmo havendo pacto antenupcial.

- a) Apenas as afirmativas II e III são corretas.
- b) Todas as afirmativas são corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e II são corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e III são corretas.
- e) Apenas a afirmativa I é correta.

## PROCESSO CIVIL

### QUESTÃO 21

Quanto a sua extensão, a sentença que gera a coisa julgada *erga omnes, secundum eventus litis*, reconhecida nas ações coletivas em que o bem jurídico tutelado envolve a defesa de direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, será:

- a) oponível contra todos, unicamente quando houver a procedência do pedido contido na ação.
- b) oponível contra todos, unicamente quando houver a improcedência do pedido contido na ação.
- c) oponível contra todos, acolhendo ou não o pedido contido na ação.
- d) oponível unicamente em relação às partes, no entanto, somente quando houver procedência do pedido contido na ação.
- e) oponível contra todos apenas quando resultar em improcedência do pedido contido na ação que verse sobre direitos individuais homogêneos.

### QUESTÃO 22

Analise as afirmações abaixo, assinalando a alternativa **correta**.

I – A incompetência relativa do juízo é argüida por meio de exceção.

II – Atuando como “custos legis” [CPC, art. 82], o Ministério Público não possui legitimidade para argüir a incompetência relativa do juízo.

III – Recebida a exceção de incompetência, o processo ficará suspenso até que seja definitivamente julgada.

IV – A desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, não impede o prosseguimento da reconvenção.

- a) Os itens I, III e IV estão corretos.
- b) Os itens I, II e III estão corretos.
- c) Os itens I e III estão corretos.
- d) Os itens II e IV estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

### QUESTÃO 23

Analise as proposições abaixo e assinale a opção **correta**.

I – A ação rescisória suspende a execução da sentença rescidenda.

II – Dá-se o efeito expansivo do recurso quando o sistema processual autorizar o tribunal a julgar fora do que consta das razões ou contra-razões apresentadas pelos litigantes.

III – As sentenças proferidas contra a União, Estado, Distrito Federal e Município, bem como a que anular casamento estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição.

IV - Para que seja admitido o recurso adesivo é necessário apenas que exista sucumbência recíproca e que o recurso principal seja de agravo de instrumento, apelação ou embargos infringentes.

- a) Os itens I, II e IV são verdadeiros.
- b) Os itens II, III e IV são verdadeiros.
- c) Os itens II e III são verdadeiros.
- d) Todos os itens são falsos.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

### QUESTÃO 24

Assinale a alternativa **correta**.

- a) O curador especial tem o ônus de impugnar especificamente todos os fatos alegados pelo autor.
- b) Indeferida a inicial, é vedado ao juiz, após o autor apelar, reformar sua própria decisão.
- c) As medidas cautelares, preparatórias ou incidentais, deferidas ou não liminarmente, perdem sua eficácia com a sentença que extingue o processo principal, quer julgando procedente, quer julgando improcedente a ação.
- d) Se o réu não apresentar contestação e se tornar revel, o autor poderá modificar o pedido a qualquer tempo, inclusive após o saneamento do processo.

- e) O pedido sucessivo só é examinado pelo juiz se não puder ser deferido, no mérito, o pedido principal.

---

### QUESTÃO 25

Quanto à atuação do Ministério Público no juízo cível, analise as proposições e assinale a alternativa correta.

- I) As despesas de atos requeridos pelo Ministério Público serão adiantadas pela Fazenda Pública e pagas ao final, pelo vencido.  
II) Como fiscal da lei, o Ministério Público atua nas causas em que há interesse tanto de relativamente incapazes como de absolutamente incapazes.  
III) Nos executivos fiscais, em que atua como representante da Fazenda Pública, o Ministério Público goza de prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
- a) Estão corretas as afirmações “I” e “II”.  
b) Estão corretas as afirmações “II” e “III”.  
c) Estão incorretas as afirmações “I” e “II”.  
d) Estão incorretas as afirmações “I” e “III”.  
e) Estão incorretas todas as afirmações.

---

### QUESTÃO 26

A alegação de *alteração no estado da coisa*; *prescrição* e *simulação do contrato*, constituem:

- I) casos de exceções processuais;  
II) casos de exceções substanciais;  
III) fatos impeditivos, modificativos e extintivos de direito, respectivamente.
- a) Estão corretas as afirmações “I” e “II”.  
b) Estão corretas as afirmações “II” e “III”.  
c) Estão incorretas as afirmações “I” e “II”.  
d) Estão incorretas as afirmações “I” e “III”.  
e) Estão incorretas todas as afirmações.

---

### QUESTÃO 27

Sobre os efeitos da revelia: demandados o devedor principal e o fiador e apenas o último contesta:

- I) caso alegue exclusivamente a nulidade da fiança, o efeito da revelia para o afiançado opera normalmente;  
II) negando existência do contrato principal visando que sua obrigação acessória se julgue prejudicada, a revelia para o afiançado não se opera;  
III) sob alegação de nulidade da fiança, o efeito da revelia não ocorre para o afiançado, visto que, quando havendo pluralidade de réus algum deles apresentar contestação.
- a) Estão corretas as afirmações “I” e “II”.  
b) Estão corretas as afirmações “I” e “III”.  
c) Estão corretas as afirmações “II” e “III”.  
d) Estão incorretas as afirmações “I” e “II”.  
e) Estão incorretas as afirmações “I” e “III”.

---

### QUESTÃO 28

Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A preclusão de requerer prova pericial ocorre: para o réu, com a apresentação da contestação; para o autor, com a apresentação da impugnação à contestação.  
b) A perícia pode consistir em exame, vistoria e avaliação.  
c) A atividade do perito não fica restrita a uma das espécies de perícia.  
d) Em audiência só se produzem provas orais.  
e) A prova pericial deve ser requerida pela parte até o momento do despacho em que o juiz designa audiência de instrução e julgamento.

---

### QUESTÃO 29

Sobre a *cautio de rato*, é **correto** afirmar que:

- a) é cabível quando o advogado tem poderes especiais para prestar depoimento pessoal em lugar da parte, como, por exemplo no caso de pessoas jurídicas.  
b) é admissível quando o advogado, mediante caução, tem poderes para receber citação inicial, confessar, transigir, desistir da ação, firmar compromisso, receber e dar quitação.  
c) é cabível quando o advogado, em nome da parte, intentar ação a fim de evitar decadência ou prescrição, bem como intervir no processo para praticar atos reputados urgentes; casos em que o advogado se obrigará, independente de caução, a exhibir o instrumento de mandato no prazo de quinze dias, prorrogável até outros quinze, por despacho do juiz.  
d) é admissível somente no processo cautelar visto que a caução e a ratificação são obrigatórias.  
e) é admissível quando o advogado, em nome da parte, intentar ação a fim de evitar decadência ou prescrição, bem como intervir no processo para praticar atos reputados urgentes; casos em que o advogado se obrigará, mediante caução obrigatória, a exhibir o instrumento de mandato no prazo de quinze dias, prorrogável até outros quinze, por despacho do juiz.

---

### QUESTÃO 30

Quanto à penhora, analise as proposições e assinale a alternativa **correta**.

- I) Lavrado o auto ou termo de penhora e intimado o devedor tem-se por perfeita e irretroatável a penhora, não se admitindo a substituição da mesma;  
II) Ocorrerá a ampliação da penhora sempre que os bens penhorados, após a avaliação, sejam insuficientes para garantia do crédito, o que será feito de ofício ou a requerimento do interessado;  
III) Quando a penhora se realiza, mediante nomeação do devedor, sem a participação do Oficial de Justiça, será lavrado nos autos do processo, o auto de penhora.
- a) Todas as proposições estão corretas.  
b) Todas as proposições estão incorretas.

- c) As proposições I e II estão corretas.
- d) As proposições I e III estão incorretas.
- e) As proposições II e III estão corretas.

## DIREITO PENAL

### QUESTÃO 31

Acerca dos tipos dolosos, é incorreto afirmar que:

- a) nos tipos dolosos de simples atividade, a tarefa de atribuição do tipo objetivo ao autor do fato se esgota na subsunção da ação ao tipo legal respectivo porque não existe um resultado exterior atribuível ao autor.
- b) nos tipos dolosos de resultado, a atribuição do tipo objetivo pressupõe dois momentos essenciais, primeiro, verificar se existe relação de causalidade entre ação e resultado; segundo, determinar se o resultado pode ser atribuído ao autor como obra dele.
- c) a relação de causalidade é o único pressuposto de atribuição do resultado típico, segundo o critério da realização do risco.
- d) a teoria da equivalência das condições pode ser reduzida a dois conceitos centrais: todas as condições determinantes de um resultado são necessárias e, por isso, equivalentes e causas são as condições que não podem ser excluídas hipoteticamente sem excluir o resultado.
- e) sendo causa uma *conditio sine qua non* do resultado, se um motorista embriagado dirige na contramão e provoca uma colisão, a ingestão de álcool deve ser definida como a causa do acidente.

### QUESTÃO 32

Sobre as definições de crime, assinale a alternativa incorreta.

- a) A dogmática penal contemporânea coincide na admissão de duas categorias elementares do fato punível: o tipo de injusto e a culpabilidade;
- b) O conceito de tipo de injusto é construído pelos conceitos de ação, de tipicidade e de antijuridicidade.
- c) O conceito de culpabilidade é construído pelos conceitos de capacidade penal, de conhecimento da antijuridicidade e de exigibilidade de comportamento diverso.
- d) O sistema bipartido de fato punível afirma a unidade conceitual de tipicidade e antijuridicidade como elementos integrantes do tipo de injusto, que admitem operacionalização analítica separada, mas não constituem categorias estruturais diferentes do fato punível.
- e) Segundo o sistema bipartido de fato punível, a antijuridicidade é a descrição da lesão de bens jurídicos e o tipo legal é um juízo de valoração do comportamento descrito na antijuridicidade.

### QUESTÃO 33

Sobre legítima defesa, assinale a alternativa incorreta.

- a) A situação justificante e a ação de defesa do agredido são os dois componentes correlacionados da estrutura da legítima defesa.
- b) A agressão na legítima defesa abrange as chamadas não-ações, no caso de lesões a bens jurídicos relacionadas a ataques epiléticos ou estados de inconsciência, como sono, desmaio ou embriaguez comatosa.
- c) A agressão na legítima defesa abrange a imprudência.
- d) Injusta ou antijurídica é a agressão imotivada ou não provocada pelo agredido e, nesse sentido, marcada por desvalor de ação e de resultado, o que exclui ações justificadas e ações conformes ao cuidado objetivo exigido.
- e) Não há legítima defesa real, e sim putativa, no disparo da vítima contra seqüestrador que empunha arma descarregada.

### QUESTÃO 34

Acerca da culpabilidade, assinale a alternativa correta.

- a) Na hipótese de incapacidade de culpabilidade por efeito do álcool ou de droga, fortuito ou de força maior, há aplicação de medida de segurança.
- b) A consequência legal da incapacidade de culpabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado é a mesma dos casos de incapacidade de culpabilidade por dependência de droga, que é a aplicação de medida de segurança de internação em casa de custódia e de tratamento psiquiátrico.
- c) A consequência legal da capacidade relativa de culpabilidade por perturbação da saúde mental, ou por outros estados patológicos, transitórios ou permanentes, do aparelho psíquico é, obrigatoriamente, a redução da pena de um a dois terços.
- d) A emoção e a paixão, na lei penal brasileira, não excluem a capacidade de culpabilidade, não podendo privilegiar o tipo de injusto e nem atenuar a pena.
- e) A teoria da *actio libera in causa* pressupõe capacidade de culpabilidade na ação precedente, em que o autor se coloca em estado de incapacidade de culpabilidade, com intenção de realizar (dolo) fato típico posterior determinado, não pressupondo, entretanto, mesmo sendo previsível, a possibilidade de realizar (imprudência) referido fato.

### QUESTÃO 35

Acerca dos crimes funcionais, assinale a alternativa **incorreta**.

- Pratica, em tese, o crime de corrupção passiva, o agente que, valendo-se de sua condição de servidor público municipal, modifica o montante das horas extraordinárias de outros funcionários, mediante percepção de metade da vantagem assegurada ao funcionário beneficiado.
- Comete crime comum patrimonial e não crime funcional de corrupção passiva (CP, art. 317) o chefe de agência dos Correios que, para prestar informações atinentes ao recebimento de pensões em programas do Governo Federal, solicita de pessoas humildes quantias a título de despesas, sem qualquer fundamento legal.
- Pratica o crime de concussão o investigador de polícia que exige da vítima, presa, que venda imóveis de sua propriedade e lhe entregue o dinheiro, sob pena de desvendar, à autoridade policial, seu verdadeiro nome.
- Pratica o crime de peculato-furto e não de tráfico de entorpecente o funcionário que, embora não tendo a posse de droga depositada em repartição pública, a subtrai, com a ajuda de terceiros, em proveito próprio ou alheio, valendo-se da facilidade que lhe advém da qualidade de funcionário público.
- Funcionária pública que, induzindo em erro caixa de agência bancária, obtém vantagem econômica ilícita com desconto de cheque que havia subtraído da entidade em que era vinculada, pratica o delito de estelionato qualificado previsto no art. 171, parágrafo 3º, do CP e não de peculato-estelionato previsto no art. 313 também do CP.

## PROCESSO PENAL

### QUESTÃO 36

Avalie as proposições abaixo, assinalando a alternativa correta.

I – O advento da Lei n.º 9.099/95, que dispõe sobre os juizados especiais criminais, flexibilizou o princípio da obrigatoriedade do exercício da ação penal pública ao permitir que o Ministério Público deixe de exercê-la com a proposta de transação.

II – Admite-se ação penal pública supletiva em crime eleitoral ou militar.

III – O marco impeditivo da retratação da representação é o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.

IV – Desde que não contrarie as garantias constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do duplo grau de jurisdição, a lei processual penal nova, ainda que mais gravosa ao réu, é irretroativa.

- Os itens I e IV são verdadeiros.
- Os itens II e III são verdadeiros.
- Os itens I, III e IV são verdadeiros.
- Os itens I e II são verdadeiros.

- Todos os itens são verdadeiros.

### QUESTÃO 37

Analise: “As medidas cautelares em geral e também as perícias são, em regra, determinadas durante a investigação sem a audiência do suspeito ou indiciado e sem participação de advogado. A observância do contraditório é feita depois, dando-se oportunidade ao acusado de, no processo, contestar a providência cautelar e combater a prova pericial realizada no inquérito” [Antônio Scarance Fernandes, “Processo Penal Constitucional”, Ed. RT, 3ª edição, 2003, p.65]. O princípio processual destacado no excerto transcrito é:

- bilateralidade da audiência.
- contraditório diferido ou postergado.
- paridade plena de armas.
- proporcionalidade probatória.
- devido processo legal.

### QUESTÃO 38

O princípio da congruência constitui uma das maiores garantias conferidas ao réu no processo penal. Como tal, se caracteriza por:

- assegurar ao réu a plena correspondência que deve existir entre sentença e o pedido formulado pela acusação, sendo vedado ao juiz condená-lo por fato do qual não tenha tido oportunidade de se defender previamente.
- assegurar ao réu o direito inalienável de não ser condenado, em nenhuma hipótese, por crime diverso daquele a que lhe foi imputado na denúncia ou queixa.
- assegurar ao réu unicamente o direito de não ser condenado por crime que possua qualificação errônea na denúncia ou queixa sem que o juiz, antes de proferir a sentença, lhe conceda prazo para indicar novas provas e arrolar testemunhas.
- assegurar ao réu, em havendo definição jurídica diversa do fato criminoso exposto na denúncia, a garantia de não ser condenado, salvo se o Ministério Público ou o querelante aditar a peça acusatória e o acusado poder indicar provas, arrolando testemunhas até o limite de cinco.
- assegurar ao réu a garantia de que a parte dispositiva da sentença deve estar em total correspondência com seu fundamento e relatório.

### QUESTÃO 39

“A” mata “B” e, para assegurar a impunidade, mata “C”, que era testemunha do fato. Sobre a afirmação acima, assinale a alternativa **correta**.

- Haverá unidade de processo e de julgamento dos crimes cometidos por “A” por estar configurada a conexão intersubjetiva por simultaneidade.
- Haverá unidade de processo e de julgamento dos crimes cometidos por “A” por estar configurada a conexão instrumental ou probatória.

- c) Haverá unidade de processo e de julgamento dos crimes cometidos por "A" por estar configurada a hipótese de conexão objetiva consequencial.
- d) Haverá unidade de processo e de julgamento dos crimes cometidos por "A" por estar configurada a hipótese de conexão intersubjetiva teleológica.
- e) Haverá unidade de processo e de julgamento dos crimes cometidos por "A" por estar configurada a hipótese de continência por cumulação subjetiva.

#### QUESTÃO 40

A Lei n.º 10.794, de 1/12/2003 introduziu alterações no Código de Processo Penal, modificando a forma de interrogatório do réu. A esse respeito, assinale a alternativa **correta**.

- a) O interrogatório é constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos que lhes são imputados.
- b) O réu deve ser informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado e de não responder às perguntas que lhe forem formuladas mas que isso importará em confissão tácita dos fatos imputados.
- c) Havendo mais de um acusado, os réus serão interrogados em conjunto ou separadamente, a critério de conveniência da autoridade judiciária.
- d) Após proceder ao interrogatório, o juiz concederá palavra tão-somente ao Ministério Público para, querendo, efetuar indagações complementares ao acusado.
- e) Admitiu-se, expressamente, no sistema jurídico nacional, o interrogatório através do sistema de videoconferência.

### DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

#### QUESTÃO 41

A legislação ordinária incumbe ao Poder Público assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos. Em relação aos sistemas educacionais é **correto** afirmar que:

- a) devem incluir a Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, pré-escolar, 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios.
- b) devem incluir a Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios.
- c) devem inserir nesses sistemas, porém, apenas em relação ao ensino público, as escolas especiais que atendam pessoas portadoras de deficiência.
- d) devem matricular compulsoriamente, em cursos regulares dos estabelecimentos públicos, as pessoas portadoras de deficiência, capazes de se integrarem ao sistema regular de ensino.

- e) devem matricular compulsoriamente, em cursos regulares dos estabelecimentos públicos e privados, porém, em turmas especiais, as pessoas portadoras de deficiência, capazes de se integrarem ao sistema regular de ensino.

#### QUESTÃO 42

A sentença proferida em Ação Civil Pública, que verse sobre questões relacionadas às pessoas portadoras de deficiência, ficará sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo Tribunal quando:

- a) acolhe o pedido, julgando-o procedente.
- b) conclui pela carência ou improcedência da ação.
- c) extingue o processo sem julgamento do mérito.
- d) quando o proponente for Associação constituída há mais de 1 (um) ano, ou ente público despersonalizado que tenha como finalidade a proteção das pessoas portadoras de deficiência.
- e) não existe duplo grau obrigatório para essas sentenças.

#### QUESTÃO 43

Manoel dos Santos, 65 anos de idade, morador de Santo Antonio do Leverger, comparece à Promotoria de Justiça e faz uma reclamação contra a empresa de Transportes Estrela de Ouro que lhe negou transporte gratuito para Cuiabá. Dentre outros motivos, a concessionária de serviço público alega que o idoso não é filiado à Associação que garante aos seus associados o benefício da gratuidade. Na condição de Assistente Jurídico e conhecendo as regras definidoras desse benefício na Constituição Federal, no Estatuto do Idoso e na legislação estadual, assinale a solução **correta** para a situação exposta.

- a) A empresa está correta, pois a Constituição Federal garantiu a gratuidade apenas para o transporte coletivo urbano e Santo Antonio do Leverger, apesar de próximo a Cuiabá não integra o sistema de transporte coletivo da capital.
- b) A empresa está correta, uma vez que apesar da legislação estadual permitir o transporte gratuito ao idoso, condiciona esse direito à sua filiação a determinada Associação que expedirá um documento hábil com o qual poderá reivindicar o benefício.
- c) A empresa está errada, pois de acordo com lei estadual o idoso tem direito ao transporte gratuito e apesar de condicionar a filiação do usuário a uma Associação que expedirá carteira de identificação hábil para reivindicação do benefício, a exigência não tem mais pertinência, com o advento do Estatuto do Idoso. Por essa norma, o único documento necessário à reivindicação do benefício é a carteira de identidade. Apesar de tudo, a matéria é de interesse individual e como tal falece legitimidade ao Ministério Público para arguí-la.

- d) A garantia do transporte gratuito intermunicipal depende de regulamentação do Estatuto do Idoso, matéria em apreciação pelo Ministério da Justiça.
- e) Recomendar à empresa o cumprimento da legislação protetiva ao idoso, sob pena de adoção de medidas administrativas junto ao Poder Público concedente da linha de transporte coletivo intermunicipal ou de medidas judiciais por ofensa aos direitos individuais homogêneos de todos os idosos que não ostentam as condições de associados das entidades contempladas na legislação estadual.

---

#### QUESTÃO 44

De acordo com a Lei n.º 10.741/03, o Ministério Público tem atribuição para:

- a) revogar instrumento procuratório do idoso, quando necessário ou o interesse público justificar, nas hipóteses de violação ou ameaça a direitos da pessoa idosa reconhecidos na lei.
- b) supervisionar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas.
- c) aplicar advertência às entidades governamentais por descumprimento às determinações do Estatuto do Idoso.
- d) afastar, provisoriamente, o dirigente de entidade para evitar lesão aos direitos do idoso. A decisão deverá ser fundamentada e comunicada, no prazo de 48 horas à autoridade judiciária.
- e) determinar abrigo de idoso em entidade.

---

#### QUESTÃO 45

O Dever do Estado de garantir a saúde consiste em:

- a) formular e executar políticas econômicas e sociais que visem à redução de doenças e outros agravos.
- b) formular e executar benefícios na área da saúde, concedidos conforme a organização política, social e econômica dos diferentes segmentos da população.
- c) colocar à disposição das pessoas todos os meios para promoção, proteção ou recuperação da saúde.
- d) desenvolver programas assistenciais para garantir, através de entidades referenciais, o atendimento a toda população que demanda aos serviços de saúde.
- e) Todas as alternativas são verdadeiras.

---

#### RASCUNHO

---

#### QUESTÃO 46

De acordo com a Constituição Federal, a assistência à saúde é livre à iniciativa privada. Na prestação desses serviços, o empresário deverá observar os princípios éticos e as normas expedidas pelo órgão integrante de direção do SUS. Além disso, é **correto** afirmar que:

- a) a empresa estrangeira pode participar indiretamente na assistência à saúde no Brasil.
- b) a empresa estrangeira pode desenvolver direta e indiretamente as ações de saúde no Brasil.
- c) o capital estrangeiro pode financiar as ações de saúde na área privada.
- d) quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o SUS poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.
- e) a participação complementar dos serviços privados será formalizada mediante contrato, para o qual se dispensa a observação das regras atinentes à contratação no serviço público.

---

#### QUESTÃO 47

Relativamente à publicidade enganosa ou abusiva prevista no Código de Defesa do Consumidor [Lei n.º 8.078/90], assinale a alternativa **correta**.

- a) Só é enganosa a informação ou comunicação de caráter publicitário totalmente falsa ou que possa induzir em erro o consumidor sobre a qualidade de produtos e serviços.
- b) A mensagem eletrônica comercial não solicitada [SPAM] configura publicidade abusiva por ofender a garantia constitucional da intimidade e da privacidade do consumidor, além de limitar sua liberdade de escolha.
- c) O Código de Defesa do Consumidor não reconhece a publicidade enganosa por omissão, mas apenas a publicidade por comissão.
- d) Caracteriza-se como enganosa a publicidade discriminatória de qualquer natureza ou a que incite a violência.
- e) Todas as alternativas anteriores são verdadeiras.

---

#### QUESTÃO 48

Sobre as ações coletivas previstas na Lei n.º 8.078/90 [Código de Defesa do Consumidor], assinale a alternativa correta:

- a) são admitidas apenas para a tutela de direitos individuais homogêneos.
- b) são legitimados para sua propositura apenas o Ministério Público, as entidades e órgãos da administração pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica e as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins a defesa dos consumidores.

- c) em nenhuma hipótese os legitimados à ação coletiva de consumo podem ser condenados em honorários, custas e despesas processuais.
- d) não sendo o autor da ação coletiva, o Ministério Público deverá integrar o pólo ativo como assistente litisconsorcial.
- e) prevê a *fluid recovery*, podendo qualquer dos legitimados promover a liquidação e execução da indenização devida, acaso não exista a habilitação, em número compatível com a gravidade do dano, de interessados para a execução da sentença condenatória.

---

#### QUESTÃO 49

Compete ao Conselho Superior do Ministério Público, dentre outras funções:

- a) indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice, os candidatos à promoção ou remoção por merecimento ou por antiguidade.
- b) eleger os membros do Ministério Público que integrarão a Comissão de Concurso de ingresso na carreira.
- c) eleger o Corregedor Geral do Ministério Público.
- d) destituir o Corregedor Geral do Ministério Público pelo voto de dois terços de seus membros, em caso de abuso de poder ou omissão.
- e) determinar pelo voto de um terço de seus integrantes a disponibilidade de Membros do Ministério Público, assegurada ampla defesa.

---

#### QUESTÃO 50

Tendo em vista as garantias asseguradas aos Membros do Ministério Público pela Constituição Federal, pela Lei n.º 8.623/93 e pela Lei Complementar Estadual n.º 27/93, assinale a alternativa **correta**.

- a) A vitaliciedade impede definitivamente a perda do cargo.
- b) Assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa, a inamovibilidade poderá ser afastada por interesse público ou conveniência administrativa e pelo voto de dois terços dos membros do Conselho Superior do Ministério Público.
- c) Assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa, a inamovibilidade poderá ser afastada por motivo de interesse público e pelo voto de dois terços dos membros do Conselho Superior do Ministério Público.
- d) Assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa, a inamovibilidade poderá ser afastada por interesse público e pelo voto de dois terços dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça.
- e) A garantia da inamovibilidade é cláusula que não comporta exceções.

---

#### QUESTÃO 51

O membro vitalício do Ministério Público perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação civil própria:

- a) pela prática de qualquer crime ou contravenção.
- b) pelo exercício da advocacia.
- c) pelo abandono do cargo por prazo superior a 15 dias corridos.
- d) por participar de sociedade comercial, mesmo na condição de cotista ou acionista.
- e) por ter sido punido administrativamente mais de uma vez, com pena de suspensão, no período de 02 anos.

---

#### QUESTÃO 52

Os atos de improbidade administrativa previstos na Lei n.º 8.429/90 sempre sujeitam o agente público:

- a) à perda definitiva dos direitos políticos e ressarcimento ao erário.
- b) à indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário.
- c) à perda da função pública e suspensão temporária dos direitos políticos.
- d) à indisponibilidade dos bens e a suspensão temporária do exercício da função pública.
- e) à perda da função pública, desde que não ocorra ressarcimento ao erário.

---

#### QUESTÃO 53

Ainda em relação à improbidade administrativa assinale a alternativa correta.

- a) A ação civil pública, de iniciativa do Ministério Público não é vedada à transação ou à renúncia entre as partes.
- b) A pena de suspensão dos direitos políticos pela prática de ato de improbidade administrativa que implique em enriquecimento ilícito é de 05 a 10 anos.
- c) De acordo com o Estatuto da Cidade [Lei n.º 10.257/2001], o Prefeito incorre em ato de improbidade administrativa se deixar de proceder, no prazo de cinco anos, o adequado aproveitamento do imóvel incorporado ao patrimônio público na forma do que dispõe a referida lei.
- d) Só o Ministério Público detém legitimidade para o exercício da ação de improbidade administrativa.
- e) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na lei de improbidade administrativa devem ser propostas em até três anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança do agente público.

---

### QUESTÃO 54

O Estudo de Impacto Ambiental é um instrumento administrativo, de caráter preventivo, da Política Nacional do Meio Ambiente. Havendo necessidade da sua realização por ocasião do Licenciamento Ambiental, quem deve ser o responsável pela sua elaboração é:

- a) o Estado, através do respectivo órgão ambiental.
- b) o IBAMA em conjunto com o órgão ambiental estadual.
- c) o empreendedor.
- d) o órgão ambiental estadual com a supervisão do Ministério Público.
- e) a Prefeitura local, colhido o parecer do órgão ambiental estadual.

---

### QUESTÃO 55

A Constituição Federal ao tratar das competências (legislativa e material) em matéria ambiental entre os entes federativos, estabelece que:

- a) a competência legislativa é concorrente e a material simples.
- b) a competência material é complexa e a legislativa comum.
- c) a competência legislativa é comum e a material concorrente.
- d) a competência material é comum e a legislativa concorrente.
- e) a competência legislativa é complexa e a material concorrente.

---

### QUESTÃO 56

A Lei n.º 10.257/2001 instituiu o Estatuto da Cidade, criando instrumentos que possibilitam uma intervenção mais concreta e efetiva do Poder Público no desenvolvimento urbano. Sobre essa inovadora lei, assinale a alternativa **correta**.

- a) O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de 10 mil habitantes e para cidades integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.
- b) A lei municipal que instituir o plano diretor deve ser revista, pelo menos, a cada cinco anos.
- c) No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização da sua implementação, o Poder Legislativo deve promover audiências públicas e debates com a população, vedada a participação de associações representativas da sociedade.
- d) No caso de cidades com mais de um milhão de habitantes, deve ser elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor ou nele inserido.
- e) O plano diretor deve abranger a área de todo o Município, urbana e rural, indistintamente.

---

### QUESTÃO 57

Não constitui instrumento de gestão democrática da cidade prevista na Lei n.º 10.257/2001 [Estatuto da Cidade]:

- a) audiências públicas.
- b) iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.
- c) órgãos colegiados de política urbana, nos âmbitos nacional, estadual e municipal.
- d) referendo popular.
- e) conferências sobre assuntos de interesses urbanos.

---

### QUESTÃO 58

Sobre o inquérito civil, assinale a opção **correta**.

- a) Apenas o Ministério Público está autorizado legalmente a instaurá-lo.
- b) Só pode ser instaurado pelo Procurador-Geral de Justiça se a finalidade for investigar atos de improbidade administrativa atribuídos a Prefeitos, a Secretários Municipais ou a Vereadores.
- c) Seu arquivamento pelo promotor de Justiça está sujeito ao controle de legalidade pelo Conselho Superior do Ministério Público a quem os autos arquivados devem ser remetidos no prazo máximo de 05 dias.
- d) O arquivamento do inquérito civil impede, definitivamente, a reabertura das investigações e extingue o interesse de agir quanto ao fato investigado, impossibilitando o ajuizamento da ação civil pública.
- e) O inquérito civil constitui pressuposto processual para propositura da ação civil pública.

---

### QUESTÃO 59

Tendo em vista as disposições contidas na Lei n.º 8.069/90 [Estatuto da Criança e do Adolescente], assinale a alternativa **correta**.

- a) A colocação de criança ou adolescente em família substituta estrangeira, residente fora do país, é medida excepcional e prevista apenas nas modalidades de adoção e tutela.
- b) O adotante há de ser, pelo menos, 12 anos mais velho que o adotando.
- c) Excepcionalmente, a morte dos adotantes restabelece o pátrio poder dos pais naturais.
- d) Não podem adotar os ascendentes e nem os colaterais até o 3.º grau do adotando.
- e) O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão.

## QUESTÃO 60

Sobre as medidas sócio-educativas previstas na Lei n.º 8.069/90 [Estatuto da Criança e do Adolescente] assinale a opção **correta**.

- a) A internação do adolescente infrator está sujeita aos princípios da brevidade, da excepcionalidade e do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- b) A prestação de serviços comunitários ao adolescente infrator não pode exceder a 06 meses e as tarefas não terão jornadas superiores a 04 horas diárias.
- c) A remissão constitui uma das espécies de medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- d) O regime de semiliberdade é sempre estabelecido por prazo determinado.
- e) A internação só é cabível na hipótese de prática de ato infracional cometido com grave ameaça ou violência à pessoa.

## RASCUNHO

## LÍNGUA PORTUGUESA

### TEXTO I

#### Cotas para todos

**O Ministro Tarso Genro pretende subsidiar vagas em universidades privadas para alunos pobres, minorias raciais e até ex-presidiários**

- 01** Foi dada a largada para a reforma universitária. Há menos de um mês no cargo, Tarso Genro, que assumiu o Ministério da Educação no lugar de Cristovam Buarque, montou um grupo de dez especialistas encarregados de propor até o fim do ano mudanças profundas no ensino superior.
- 05** Antes mesmo do início das discussões desse grupo, porém, o ministro anunciou medidas destinadas a demonstrar que encara a questão com urgência. A mais polêmica delas é a concessão de isenção de impostos a todas as 1.442 universidades particulares do país. Em troca, esses estabelecimentos terão de oferecer vagas a alunos que não forem aprovados nos vestibulares das universidades públicas. Serão beneficiados negros, índios, ex-presidiários e estudantes de baixa renda. Tarso garante que, paralelamente, o MEC vai intensificar a fiscalização das faculdades particulares. “Não haverá parcerias com universidades de má qualidade”, assegurou o ministro à ÉPOCA.
- 15**
- 20**

(ÉPOCA, 23/02/04)

**Com relação ao Texto I, responda as questões de 61 a 64.**

## QUESTÃO 61

Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Os beneficiários dessa política serão os candidatos reprovados nos vestibulares das universidades públicas.
- b) A reforma universitária de que fala o texto refere-se à cota de vagas para todas as minorias brasileiras.
- c) As medidas foram anunciadas antes do início das discussões em função da preocupação do MEC com o ensino superior.
- d) As universidades privadas receberão subsídios do governo federal como garantia da oferta de vagas.
- e) Essa reforma garante vagas em troca de isenção de impostos às universidades parceiras.

## QUESTÃO 62

Considerando a importância da estrutura do texto no processo de interpretação do mesmo, pode-se afirmar que:

- I. O título “Cotas para todos” tem como referencial todas as minorias sociais do Brasil;
- II. O subtítulo do texto, ou o que chamamos de *lead* na linguagem jornalística, referencia as minorias econômicas, étnicas e sociais;
- III. No desenvolvimento da temática do texto reitera-se a referência às minorias étnicas, sociais e econômicas.
- IV. Há um viés interpretativo que se referencia na temática do texto, ou seja, a concessão de isenção de impostos a todas as 1442 universidades particulares do país.

Assinale a alternativa que contém a informação **correta**.

- a) Apenas a I está correta.
- b) Apenas a II está correta.
- c) Apenas a II e a III estão corretas.
- d) Todas estão corretas.
- e) Apenas a I e a IV estão corretas.

## QUESTÃO 63

Assinale a alternativa **incorreta** quanto à concordância verbal.

- a) Serão beneficiados negros, índios, ex-presidiários e estudantes de baixa renda.
- b) A maioria dos beneficiados terá acesso às universidades privadas.
- c) Haviam dez especialistas para proceder aos estudos da reforma.
- d) Nem o ministro, nem as universidades abandonaram a discussão sobre as cotas de vagas.
- e) O ministro é um dos que têm pressa na implantação da política de cotas para todos.

## QUESTÃO 64

A partir do texto Cotas para todos pode-se considerar incorreto dizer que o Ministro Tarso Genro assume uma postura de etnicidade ao:

- a) encarar a questão com urgência.
- b) assumir uma política controversista.
- c) trabalhar a relação igualitária entre as universidades públicas e privadas.
- d) condicionar a identidade cultural de todos os vestibulandos aos órgãos institucionais.
- e) considerar responsabilidade do MEC a verificação do grau de excelência das universidades.

## TEXTO II

Fome Zero – Nome do programa com o qual o governo pretendia combater a carência nutricional da população. Nos primeiros meses, encarnou o caso, típico de uma era de intoxicação pela publicidade do triunfo de um *slogan* sobre a realidade. Se havia o programa Fome Zero era porque a fome estava sendo combatida. Até se ensaiou a exportação do programa, apregoado como exemplo para o mundo. De uns meses pra cá, inversamente, assiste-se ao caso de uma realidade que sufoca o *slogan*. Cada vez menos se fala de “fome zero”. A expressão caminha para o desuso. E isso não porque a fome tenha sido zerada.

(Roberto Pompeu de Toledo, Veja, 31/03/04).

## QUESTÃO 65

Assinale a alternativa **correta**.

- a) O texto começa definindo o *Fome Zero*.
- b) A expressão “intoxicação pela publicidade” quer dizer “excesso de poluição sonora”.
- c) As expressões “Nos primeiros meses” e “De uns meses para cá” marcam a mesma temporalidade.
- d) No enunciado “Se havia o programa”, a forma verbal “havia” equivale à forma “existisse”.
- e) A conjunção “E” no enunciado “E isso não porque a fome tenha sido zerada” funciona para estabelecer relação de continuidade.

## QUESTÃO 66

Em uma das alternativas abaixo, há uma questão que está em desacordo com o texto II.

- a) O programa Fome Zero faz eco no social, mas envereda para o desábito.
- b) O *slogan* Fome Zero está intoxicado nas grandes metrópoles.
- c) O programa Fome Zero justifica-se pela privação básica à cidadania.
- d) O nome contradiz que a fome tenha sido zerada.
- e) O Programa Fome Zero aspirou pôr à vista uma idéia.

## QUESTÃO 67

O enunciado “**Se havia o programa Fome Zero era porque a fome estava sendo combatida**”. A expressão negritada só não significa:

- a) uma ação bélica.
- b) uma peleja social.
- c) um conflito.
- d) uma oposição.
- e) uma contestação.

### TEXTO III

O chargista formula um jogo de sentidos entre o texto verbal e o não-verbal.



### QUESTÃO 68

Tomando como leitura os textos II e III, assinale a alternativa errada.

- a) No texto II figura um jogo de *marketing* político.
- b) O texto III usou a imagem e a escrita para debater temas de interesse social.
- c) Pelo fato de ser resumida, a charge demonstra expressividade entre a caricatura e o texto escrito.
- d) O programa Fome Zero é uma criação do ideário institucionalizado.
- e) A inércia do povo brasileiro está presente no dizer do Presidente Lula, na charge.

### QUESTÃO 69

Assinale a alternativa que não condiz com as possibilidades de leitura da charge.

- a) Sentimento de indignação.
- b) Desarmonia entre economia e cultura.
- c) Diferença social.
- d) Indolência.
- e) Hegemonia.

### QUESTÃO 70

O enunciado da charge “**Brasileiro** não desiste nunca, pô !!!” é uma paráfrase do *slogan* “Eu sou **brasileiro** e não desisto nunca”, veiculado pela Rede Globo de Televisão, em horário nobre, utilizando a imagem do jogador Ronaldinho e do cantor Hebert Viana. Assinale a alternativa em que o enunciado depõe contra o sentido de brasilidade.

- a) O brasileiro é valente.
- b) O povo brasileiro luta pelo espaço.
- c) O povo brasileiro é apático nos gestos.
- d) O povo brasileiro não vive “deitado em berço esplêndido.”
- e) O povo brasileiro se coloca na história, faz a história.

### QUESTÃO 71

A formulação “Brasileiro não desiste nunca, pô !!!” proferida pelo Presidente da República só não produz uma leitura imagética do povo como:

- a) pessoas que batalham cotidianamente para trabalhar, comer, vestir, morar e estudar.
- b) cidadãos que apesar da escassez e precariedade do sistema público frequentam as filas.
- c) cidadãos que tomam corpo e robustez na hegemonia social.
- d) sujeitos marginalizados, mas esperançosos.
- e) indivíduos que esperam pelo Estado.

### RASCUNHO

## TEXTO IV

### FAZENDO A DIFERENÇA

- 01** Numa reunião no World Economic Forum, em Davos, o local onde o mundo empresarial se reúne uma vez por ano em janeiro, um empresário que acabava de fazer um tremendo negócio foi convidado numa das várias sessões a expor suas idéias:
- 05** “Sou simplesmente fruto do acaso, tenho os genes certos e estou no momento certo, no setor certo. É difícil falar em ‘mérito’ numa situação dessas.”
- 10** “Se eu, o Bill Gates aqui presente, ou então o Warren Buffett, tivéssemos nascido 2000 anos atrás, nenhum de nós teria tido o porte atlético necessário para se tornar um general do Império Romano, posição de destaque equivalente à nossa, na época. Teríamos sido trucidados na primeira batalha.”
- Mas a frase que mais tocou a platéia estupefata foi esta: “Mesmo doando toda a minha fortuna”, disse o empresário, “continuará a existir uma enorme injustiça social no mundo. Eu terei tido um privilégio que muitos não terão. O privilégio de ter feito uma diferença com o meu trabalho e minha vida”.
- 25** Segundo essa visão, o mundo é dividido entre aqueles que fizeram ou não uma diferença com sua vida, o dinheiro não é o objetivo final. E existem inúmeras maneiras de fazer uma diferença, desde inventar coisas, gerar novos empregos, criar novos produtos, até ajudar os outros com o dinheiro obtido.
- 30** O segredo da felicidade, portanto, não é ganhar dinheiro, que a maioria acabará perdendo de uma forma ou de outra. O segredo é ter feito uma diferença.

(Texto adaptado - Stephen Kanitz, VEJA, 28/01/04, p. 22)

Com relação ao texto IV, responda as questões de 72 a 74.

### QUESTÃO 72

Segundo o texto, “fazer a diferença” no mundo contemporâneo se deve a:

- o acréscimo de valores e à posição social.
- ter merecimento, prestígio na sociedade.
- ganhar dinheiro, adquirir fortuna.
- ser simplesmente fruto do acaso, ter genes certos, estar no momento certo e no setor certo.
- ter feita distinta na construção do social.

### QUESTÃO 73

O texto apresenta:

- Uma concepção de autodeterminação subjacente à postura ética do sucesso.
- A arte da diplomacia inerente ao cidadão.
- Uma concepção de que tanto as nações como os seres humanos são adequados ao ambiente de acordo com o seu perfil econômico.

Assinale a alternativa **correta**.

- Todas as afirmações estão corretas.
- Apenas a afirmação III está correta.
- As afirmações I e III se equivalem quanto ao sentido.
- Apenas a afirmação I está correta.
- As afirmações I e II estão corretas.

### QUESTÃO 74

Em relação à estrutura verbal do texto pode-se afirmar que:

- apresenta a maioria das formas verbais flexionadas em tempos simples e compostos do modo imperativo por referenciar o determinismo da atitude que se exige do agente.
- apresenta a maioria das formas verbais flexionadas em tempos simples e compostos do modo subjuntivo por referenciar fatos e atitudes incertas que se exigem do agente.
- apresenta a maioria das formas verbais flexionadas em tempos simples e compostos do modo indicativo por referenciar fatos verossímeis e atos realizáveis que se exigem do agente.
- o texto está escrito na voz passiva analítica devido ao seu caráter filosófico.
- o texto estrutura-se verbalmente na voz reflexiva por refletir o comportamento observável do agente.

### QUESTÃO 75

“Se eu, o Bill Gates aqui presente ou então o Warren Buffett, tivéssemos nascido 2000 anos atrás, nenhum de nós teria tido o porte atlético necessário para se tornar um general do Império Romano”.

Pode-se afirmar que para interpretar este fragmento:

- o **se** é uma conjunção que traz implícito na construção do texto o sentido da condicionalidade, da idéia que referencia o tipo físico do empresário que fala, bem como o de Bill Gates e o de Warren Buffett.
- o **se** é uma conjunção que traz implícito na construção do texto o sentido da temporalidade.
- o **se** é uma partícula essencial à flexão do tempo composto pretérito mais-que-perfeito, do modo subjuntivo – tivéssemos nascido.
- o **se** indica a indeterminação do sujeito, por tratar-se de várias pessoas.
- o **se** é usado nesta construção como marca de impessoalidade.

### QUESTÃO 76

Assinale a alternativa correta tomando como base o fragmento da questão **anterior**.

- O autor optou pela omissão do verbo haver impessoal, flexionado na 3ª pessoa do singular, do presente do indicativo para indicar um tempo anterior, e evitar redundância uma vez que há o registro da palavra **atrás** na estrutura frasal.
- “Nenhum de nós teria tido o porte atlético necessário para se tornar um general do Império Romano”. Em se tratando de concordância nominal, o verbo concorda com o pronome indefinido.
- A palavra **aqui** presente na estrutura frasal é uma conjunção indicativa de lugar.
- A palavra **então** exerce a função de conjunção coordenada aditiva por ligar as orações.
- As palavras **aqui e então**, ambas exercem a função de designar o sujeito.

### QUESTÃO 77

Analise as proposições que seguem.

I – Há formas substantivas de tratamento indireto de 2ª pessoa que levam o verbo para a 3ª pessoa. Estas são as chamadas formas substantivas de tratamento ou formas pronominais de tratamento;

II – O vocábulo que têm significação por si mesmo é denominado de categoremático. Há formas de tratamento que são denominadas pelos gramáticos de formas substantivas de tratamento ou pronome de tratamento. Usar esta ou aquela denominação é um falso problema lingüístico dada a natureza categoremática do pronome;

III – Existem formas de reverência que consistem em nos dirigirmos às pessoas pelos seus atributos, pela sua qualificação profissional ou pela posição social que ocupa.

Assinale a alternativa que expressa a correlação adequada com as proposições.

- Ao item I aplicam-se as formas de tratamento você, vocês (no tratamento familiar) e o Senhor, a Senhora (no tratamento cerimonioso).
- Ao item II aplicam-se as formas de tratamento “o senhor”, “a senhora”, “a senhorita”.
- Ao item III aplicam-se os pronomes de tratamento Vossa Senhoria, Vossa Excelência, Vossa Magnificência, Vossa Alteza, Vossa Reverendíssima, etc.
- Todas as correlações acima são adequadas.
- Nenhuma correlação é adequada.

### QUESTÃO 78

O substantivo **GENTE**, precedido do artigo **A**, formando a expressão “**A GENTE**”, fazendo referência a um grupo de pessoas em que se inclui a que fala, ou a esta sozinha, passa a pronome e se emprega em situações de informalidade. Nos dois casos, o verbo sempre se flexiona na 3ª pessoa do singular.

Assinale a alternativa que explicita a assertiva.

- Trata-se de uma elucidação sobre o lugar gramatical da expressão **A GENTE**, bem como da concordância do verbo com a mesma.
- Trata-se de uma discussão sobre concordância ideológica.
- Trata-se de uma discussão sobre derivação imprópria.
- Trata-se de um esclarecimento sobre concordância nominal.
- A assertiva determina um caso especial de regência verbal.

### QUESTÃO 79

Analise os itens abaixo e assinale a alternativa **correta**.

I – ...Toda sociedade precisa incentivar os que se esforçam mais”.

- Toda sociedade precisa dar incentivo àqueles que se esforçam mais.

II – Por trás de toda “fortuna” existe um elemento de sorte, muito maior do que os “afortunados” gostariam de admitir.

- Por trás de toda “fortuna” há um elemento de sorte, muito maior do que os “afortunados” gostariam de admitir.

III – “Mesmo doando toda a minha fortuna”, disse o empresário, “continuará a existir uma enorme injustiça social no mundo”.

- Mesmo doando toda a minha fortuna, disse o empresário, haverá uma enorme injustiça social no mundo.

- Apenas o item I está correto.
- Apenas o item II está correto.
- Apenas o item III está correto.
- Os itens I e II estão corretos.
- Os itens I, II e III estão corretos.

### QUESTÃO 80

Analise os itens abaixo e assinale a alternativa **correta**

I – Ser rico, famoso ou poderoso tem sido o objetivo da maioria das pessoas.

A maioria das pessoas visa à riqueza, à fama e ao poder.

II – Ele afirmou que o dinheiro não lhe pertencia, e que doaria toda sua fortuna a instituições beneficentes.

A doação de toda sua fortuna às instituições beneficentes seria feita porque pela sua afirmação, o dinheiro não era um pertence seu.

III - É difícil falar em mérito numa situação dessas.

Há dificuldades de se falar em mérito numa situação dessas.

- Os itens I, II e III estão corretos.
- Apenas os itens I e II estão corretos.
- Apenas o item I está correto.
- Apenas o item II está correto.
- Os itens I e II estão errados.